



A crítica liberal de Anselmo da Fonseca e os Jornais do Pará

Jerusa Barros Miranda

Resumo

Alguns trabalhos de autores, produzidos na segunda metade do século XIX serviram de base para escrever a história do abolicionismo no Brasil. Todavia, analiso aqui, apenas uma obra deste conjunto, escrita por Anselmo da Fonseca. Busco perceber como seus escritos foram recebidos no então estado do Grão-Pará. Nesse sentido, o objetivo é demonstrar que a escrita de Anselmo da Fonseca, foi tomada como *discurso ideológico*. Ou seja, suas visões dos acontecimentos no final do século XIX, foram tratadas, não como testemunhas, mas como verdadeiros “raios-x” de sua época e de todo o processo abolicionista, bem como sua relação de contestação liberal com a Igreja Católica no Brasil.

Palavras-chave: Liberalismo, Abolicionismo, Igreja Católica.

Abstract:

Some works by authors in the second half of the 19th century served as a basis for writing a history of abolitionism in Brazil. However, analyze here, only one work of this set, written by Anselmo da Fonseca. I try to understand how his writings were received in the state of Grão-Pará. In this sense, the objective is to demonstrate that Anselmo da Fonseca's writing was taken as an ideological discourse. In other words, his views of events in the late 19th century were treated, not as witnesses, but as true x-rays of his time and of the entire abolitionist process, as well as his relationship of liberal contestation with the Catholic Church in Brazil.

Keywords: Liberalism. Abolitionism, Catholic church.

No ano de 1887 é lançado pela “Imprensa e Econômica” a obra *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo* de Luís Anselmo da Fonseca, onde aborda, em suas quase 700 páginas, a maneira indiferente e pacífica com que a Igreja aceitava a escravidão, utilizando-se dela e nada fazendo para que fosse abolida do nosso país. Esta obra pode ser considerada como uma das protagonistas nas discussões que se espalhavam por todo o país sobre o processo de emancipação dos escravos, bem como a participação da Igreja Católica nele. Os escritos de Anselmo da Fonseca serviram também de base ideológica para engrossar os debates sobre a separação entre Estado e Igreja. Pois, em um Estado que se queria moderno, liderado por um grupo de liberais, não poderia estar atrelado a uma religião arcaica e que, segundo esses pensadores, defendiam uma instituição tão degradante como a escravidão. Nesse sentido, procuro demonstrar que tal obra, foi tomada como *discurso ideológico*. Pois, “todo fenômeno social é suscetível de ser lido em relação ao ideológico e em relação ao poder, não resta dúvida de que as práticas escravistas são também manifestações ideológicas.” (VERON, 1981, p. 17).

A opção por esse viés de análise nos leva a fazer duas considerações essenciais. Primeiro, adotar a “noção de *discurso* na análise dos textos, o que implica em *não considerá-los como transparentes*”. Segundo, refletir sobre o *discurso* significa examinar todas as condições que presidem a sua elaboração: *as condições de produção*, que remetem às determinações sociais, intelectuais e literárias explicativas de sua construção; *as condições de circulação* vinculadas aos meios de que dispõe o discurso para transitar na sociedade; *as condições de reconhecimento*, ou seja, as possibilidades que as ideias do discurso têm de tocar a ideias da ordem social, modificando-a ou não, conforme as estruturas de poder vigentes na mesma sociedade (VAINFAS, 1986).

Neste sentido, Jurandir Malerba traz reflexões e análises sobre a *teoria e história da historiografia*. Assim como, discussões entre alguns historiadores e filósofos como Rüsen, Croce, Ricoeur e Carbonell, na tentativa de definir um conceito para historiografia e a função da teoria da história nesta. Já que tomamos, ao mesmo tempo, como objeto e fonte a obra importantes para a historiografia da escravidão. Portanto, em seu texto Malerba faz uso da definição de uma proposição de método para a historiografia de Charles Olivier Carbonell, onde esta é tomada como um “produto da história, revelando com clareza a sociedade que a gerou” (MALERBA, 2006):

O que é historiografia? Nada mais que a história do discurso - um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre o seu passado. É que a historiografia é o melhor testemunho que podemos ter sobre as culturas desaparecidas, inclusive sobre a nossa [...]. (CARBONELL, 1987, p. 21).

A partir das considerações feitas acima podemos trabalhar com a noção de discurso na análise da obra de Anselmo da Fonseca, enquanto versão ideológica liberal. Como fez José Maia Bezerra Neto, que partindo das produções de Nabuco, procura em seu estudo sobre o movimento abolicionista e os embates em torno da construção de uma memória que se queria sobre o mesmo, afirmar que foi a partir de obras como *O Abolicionismo* e a *Minha Formação* que Nabuco construiu a sua memória histórica do movimento abolicionista” (BEZERRA NETO, 2002). Segundo Bezerra Neto (2002), a obra *O Abolicionismo* acabou por consolidar a maneira pela qual os abolicionistas comungavam de visões parecidas como as de Nabuco, “queriam ser lembrados, bem como a forma pela qual desejavam que a escravidão e o abolicionismo fossem guardados na lembrança das gerações futuras.” Ou seja, Bezerra Neto afirma que com as produções de Joaquim Nabuco ocorreu uma “cristalização de uma memória possível do abolicionismo como se fosse a memória deste, diria mais, transformaram esta memória em história do movimento abolicionista.” Pois, até o início 1980 a historiografia da escravidão produzida no Brasil, em sua maioria praticamente, compreendia o escravismo e a processo abolicionista através das perspectivas e visões fornecidas por Nabuco (BEZERRA NETO, 2009). Ou seja, a escravidão ainda não tinha chegado a seu fim e Joaquim Nabuco já escrevera “O Abolicionismo”, muito como uma forma de propaganda política para a libertação dos escravos e legando para si a figura de porta-voz desse processo.

Através deste mesmo viés de análise, podemos nos debruçar sobre obra *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*, que também trata da participação do clero na escravidão, mas com mais exclusividade e profundidade. Seu autor é também liberal pernambucano, chamado Anselmo da Fonseca. Este publicado em 1887 e já muito embebido das influências de Nabuco. Anselmo da Fonseca compartilhava da visão “inaugurada” pelo autor de *O Abolicionismo*, o que concluímos que, desde pelo menos o final do século XIX, a tese de Nabuco já havia se tornado explicação histórica para se entender o escravismo e o abolicionismo (BEZERRA NETO, 2009). E, neste sentido a obra de Anselmo veio para amalgamar e arraigar ainda mais a memória abolicionista liberal dos acontecimentos do final do século XIX, no que tange a visão da Igreja no processo de libertação dos cativos africanos.

Para o autor o clero nunca representou um papel importante no Brasil, nem do ponto vista moral nem do intelectual. Porém, não se isenta de reconhecer que em diferentes fases da civilização brasileira houve exceções a essa regra geral, “estes eram os que buscavam o progresso social e eram patriotas”. Ou seja, segundo Anselmo da Fonseca, o Brasil teve padres com grandes ideias de ilustração, civismo, caráter, com ações nobres e obras de

alcance e trabalho de valor. Todavia, com o passar do tempo, esse quadro mudou progressivamente. Para o autor, ao contrário de outras classes sociais que tinha melhorado e se elevado pelo trabalho, pela instrução e pelo espírito de progresso “o clero brasileiro tem decaído pela falta de cultura, pela indolência, pelo indiferentismo moral e, sobretudo pelos máos exemplos que dá, pois a cada dia vão perdendo suas atenções, considerações que outrora faziam jus,” continua sua crítica moral à Igreja dizendo que;

O clero brasileiro é hoje [1887] geralmente representado por homens vulgares, dotados de pouca instrução, tão ambiciosos como egoistas, frouxos nos costumes e excessivamente amantes da commodidade e do goso. Geralmente são alheios a todas as conquistas do espírito humano, e jazem n’um atrazo intellectual realmente pasmoso (FONSECA, 1988, p. 07).

Ele concorda com Joaquim Nabuco quando de sua fala em “*O Abolicionismo*”, onde critica a posição da Igreja antes da escravidão e sua indiferença ao abolicionismo, defendendo que a abolição no Brasil nada deve à Igreja Católica. O que leva Fonseca a comparar a sociedade brasileira daquele período com a sociedade estadunidense. Na visão do autor, a liberdade que se deu nos Estados Unidos foi onde realmente houve a conversão do escravizado em cidadão, pois lá tiveram a preocupação de instruí-los, ou seja, após serem libertos recebiam educação, onde a Igreja se responsabilizava. “Foi uma revolução moral e política e a classe social que mais cooperou foi o clero”. Já no Brasil ele questionou o papel do clero brasileiro. “O que tem feito os padres do Brazil? De bem quase nada; de mal muito” (FONSECA, 1988). Fonseca também deixa claro como o movimento abolicionista brasileiro estava a par dos acontecimentos e pensamentos em voga na Europa, quando disserta sobre as contribuições de pensadores estrangeiros como Angelo Agostini, Luiz Courier e Voltaire, e diz que à eles muito se “deve esta causa da justiça e da civilização” (FONSECA, 1988)

Com o intuito de confirmar seus princípios mencionados acima, Fonseca se utiliza dos relatos de Luiz Agassiz (AGASSIZ, 2000), que para ele seriam “a expressão da verdade.” Este discorre acerca dos obstáculos ao progresso do Brasil que atuam sobre a população como uma “moléstia moral”. Para ele, umas dessas moléstias é a escravidão negra, que apesar de ter enfraquecido com a Lei do Ventre-Livre de 28 de setembro de 1871, ainda é uma “moléstia lenta que consome e destrói o corpo em que se manifesta” Outro mal que atingia o progresso do país, segundo Fonseca, seria o “caráter do clero”, que no Brasil, onde a instrução ainda estava tão ligada a religião do Estado, o clero teria que ser composto de “homens de uma alta moralidade, de indivíduos afeitos ao estudo e de pensadores. (...) em geral a ignorância do clero se estende a todas as coisas; sua imoralidade é manifestada, sua influência extensa e profundamente enraizada”. Entretanto, Fonseca não deixa de fora o

comentário de Agassiz quando diz que “sem dúvida há algumas exceções honrosas” de membros do clero que lutavam contra a escravidão, apesar de logo afirmar que foram “em número excessivamente pequeno para reerguer a dignidade da classe a que pertencem”, porém não deixando de demonstra que não houve uma omissão total e unívoca do clero nas campanhas para o fim da instituição servil (FONSECA, 1988).

O que percebemos nesta obra é uma forte propaganda de cunho liberal que almejava uma libertação dos escravizados por via político-parlamentar, restrita a elite política a qual pertenciam. Esta que legava para si o dever de construir uma nação aos moldes do pensamento ilustrado europeu. No qual a escravidão era incompatível. Esta memória que se buscava criar sobre o movimento abolicionista é perceptível quando na busca de datas que poderiam ser marcantes desse movimento Fonseca lembra o 24 de agosto de 1880. Quando o então deputado Joaquim Nabuco pediu com urgência para “apresentar á camara dos deputados um projecto de lei com o fim de extinguir a escravidão em um prazo de 10 anos. Com assinaturas de Jeronymo Sodré e Marcolino Moura”. Segundo o autor o movimento tinha começado dessa vez com mais gás e determinação na busca pela liberdade (FONSECA, 1988). Haja vista que inicialmente este movimento era considerado como “anti-patriótico, subversôra da ordem social e incendiária”, foi aos poucos tomando corpo por todo o país até que o atingiu em sua totalidade.

Na então província do Grão-Pará, a obra de Anselmo da Fonseca foi recebida na forma de apropriação do discurso contido nela. Na qual foram feitas com o objetivo de engrossar o debate entre ideologias políticas antagônicas, fruto dos embates travados no interior da sociedade paraense entre liberais, conservadores e ultramontanos no segundo quartel do século XIX. Segundo Bezerra Neto, tais obras causaram polêmicas no Pará, o que pode ser percebido na leitura dos jornais daquele período, atentando para as discussões travadas entre os redatores de jornais rivais, como o *Diário de Notícias* e o *Diário do Grão-Pará*. O primeiro sendo de caráter abolicionista e o segundo de caráter conservador. São perceptíveis nas acusações feitas a seguir pelo jornal abolicionista, as influências de Anselmo da Fonseca na fomentação das críticas à Igreja, pois no artigo denominado “Aos Reverendos do Grão-Pará”, tais acusações, baseavam-se em sua obra *A escravidão, o clero e o abolicionismo*.

Nunca nós dóem as mãos na tarefa de fazermos esquentar as bochechas dos reverendíssimos escriptores do decano¹, que, sem mais nem menos, passam papeleta de ignorantes e palhaço aos que lhes estão muito acima, quando elles é que são os irrisórios palhaços e os ignorantes mais deploráveis.

¹ Era geralmente como os redatores desse jornal se referiam especificamente ao Cônego Siqueira Mendes, chefe e redator do jornal conservador “O Diário do Gram-Pará”, com o qual tinham uma rinha política que deixavam clara nas páginas de seus periódicos.

E' opinião geral que o clero brasileiro, n'esta luta do abolicionismo contra o escravismo, nada tem feito em abono dos míseros captivos; pelo contrario, muitas vezes têm-se posto ao lado dos senhores.

Isto em regra geral, assim como também em regra geral o nosso clero "nunca representou no paiz um papel importante, nem sob o ponto de vista intellectual, nem sob o moral

Em these é isto que o illustre escriptor Anselmo da Fonseca, em um volume de mais de seiscentas páginas, desenvolve e demonstra cathegoricamente com evidencias dos factos de todos os tempos.

No emtanto, polemista sincero e leal, e não systematico; rigorosamente imparcial e nunca apaixonado, elle faz, ainda que raríssimas, honrosas e justas excepções.

Hontem citamos Monsenhor Pinto de Campos; hoje citaremos um illustre comprovinciano nosso, o sábio Marquez de Santa Cruz, D. Romualdo Antonio de Seixas, de quem o dr. Anselmo da Fonseca que "foi escriptor disntincto, fecundo e correcto e um homem de grandes virtudes."

Eis o que diz o nosso escriptor sobre o distincto paraense Marquez de Santa Cruz: "Se antes do actual movimento abolicionista procurarmos indagar se houve padres que se desviassem da regra geral da conducta do clero, certamente não encontraremos senão muito poucas excepções".

D'ellas, como já dissemos, uma pertence ao episcopado.

O Marquez de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia, pronunciou-se contra a escravidão.

Transcreveremos um trecho de um discurso por elle proferido no parlamento em 1827, quando se discutia sobre o trafico africano: "Sempre estive persuadido, disse elle, que a palavra escravidão desperta as idéias de todos os vícios e crimes, assim como que o doce nome de liberdade desperta as sensações e as idéias de todas as virtudes e de todos os bens; sempre entendi que a escravidão é um estado violento que abate o espirito, embota as faculdades do entendimento, perverte o coração, destróe o brio e toda a emulação da virtude; sempre lastimei, finalmente, a sorte dos tenros meninos brasileiros, que nascendo e vivendo entre escravos, recebem desde os seus primeiros annos as funestas impressões dos contagiosos exemplos d'esses seres degenerados; e oxalá que eu me enganasse!

Oxalá que fossem mais raros os triumphos da innocencia!

Oxalá que tantas famílias não tivessem de deplorar a infâmia e a vergonha, em que as tem precipitado a immoralidade de escravos!" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 02).

O trecho acima deixa claro que os articulistas do *Diário de Notícias* criticavam os sacerdotes pertencentes à redação do periódico *Diário do Gram-Pará*, acusando-os de "gaiatos" e "ignorantes". Este último que, "querendo provar que o clero é abolicionista, contra todos os factos que provam o contrario," não aceitavam a tese desse escritor pernambucano de que a Igreja Católica colaborou com a escravidão, o que fazia com que os colonistas do periódico conservador atirassem "ao mesmo tempo meia dúzia de desafôros ao illustrado Dr. Anselmo da Fonseca, escriptor profundo, erudito e consciencioso" (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888).

No dia anterior da edição acima é publicado no *Diário de Notícias* o artigo *Aos padres do "Gram-Pará"*. Onde se referem aos colonistas do periódico conservador como "gaiatos", "padrecos" e "ignorantes". Dizem que esses colonistas querem provar que o clero

seria abolicionista quando os fatos para eles mostravam o contrário. Os articulistas do *Diário de Notícias* utilizaram-se da obra de Anselmo da Fonseca para justificar suas críticas a Igreja Católica. Defendem o autor liberal pernambucano e atacam seus opositores políticos aqui no Pará. E assim se formam as discussões entre os jornais oposicionistas na busca para defender cada um sua ideologia política. E uma ferramenta importante para as defesas das ideias abolicionistas pelo *Diário de Notícias* foi o trabalho *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*. Com isso, o *Diário do Gram-Pará* cita uma carta do Visconde do Rio Branco dirigida a Monsenhor Pinto de Campos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888).

O *Diário do Gram-Pará* quer lançar poeira nos olhos do povo, dizendo assim: “Publicamos esta carta, para mostrar que o illustre estadista, Visconde do Rio Branco, não tem razão! Quem tem é o illustre desconhecido e palhaço dr. Anselmo, que pretende dar ao clero brasileiro a papeleta de escravocrata!”

Mas quem é que chama *illustre desconhecido e palhaço* ao sábio Dr. Anselmo da Fonseca? São os padres do *Gram-Pará*? E quem são elles? Quaes são as *grandes obras* de intelligencia pelas quaes sejam elles conhecidos?

Os miseráveis ignorantes, que só servem para escrever artigos sobre a semana Santa, umas toupeiras que nunca chegarão com o nariz onde o Dr. Anselmo da Fonseca puzér o calcanhar, é que nós vêm fallar de *illustre desconhecido*, como se elles intellectualmente valessem alguma cousa e não fossem os verdadeiros palhaços da nossa imprensa.

O Dr. Anselmo da Fonseca, consciencioso e severamente imparcial, quando fustiga o clero brasileiro, com energia e com verdade, faz as devidas excepções. Monsehor Pinto de Campos é uma das excepções; ouçamol-o a seu respeito: “Outra excepção, e sem duvida muito distincta, é o Monsenhor Joaquim de Campos. Foi elle o relator do notável parecer de 30 de junho de 1871, a favor do projecto de 12 de maio do mesmo anno, que se converteu na primeira lei de 28 de setembro. Na sessão de 12 de agosto proferiu o Sr Pinto de Campos a favor d’aquelle projecto, e na defesa de seu parecer, um importantíssimo e memorável discurso. Fazendo então sua profissão de fé redemptora, declarou que em sermões pregados em 1856 e 1857 tinha atacado a escravidão e defendido a liberdade de captivos, e citou trechos do primeiro d’elles, proferido no dia 7 de setembro, por pedido da Sociedade Ypiranga, formada na corte com o fim de solemnizar o aniversario de nossa independência. Naquelle mesmo dia a sociedade distribuiu algumas cartas de liberdade...”

Transcreveremos alguns dos períodos por elle produzidos: “Eu não conheço, senhores, meio mais digno de solemnizar o anniversario da independência do Brazil do que derramar os influxos da liberdade sobre esses filhos da maldição, que ainda conspurção e nossa sociedade. Eu admito, eu louvo do intimo d’alma essa magnífica expressão do patriotismo mais puro, da caridade mais sublime que jamais luzio no seio das civilizações mais celebres da antiguidade. A humanidade é uma só. Os seus direitos são os mesmos por toda parte: e aquelle que exceptuasse um só membro da comunhão do goso d’esses direitos não seria um homem sincero, nem mereceria combater nas grandes causa do gênero humano. A consciência publica, que é a voz de Deus repercutida na alma de um povo, repellirá sempre como indignação o exclusivismo na distribuição da liberdade. A liberdade exclusiva não é mais que um privilégio inaudito, condemnado por todas as constituições políticas do universo; a liberdade egoísta não é mais que uma traição horrenda, que um desmentido ímpio á doutrina do Nazareno.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 02).

O jornal se utiliza da obra de Anselmo da Fonseca para engrossar as discussões entre liberais e conservadores na província paraense e para reafirmar as críticas ao catolicismo e ao clero brasileiro como defensores da escravidão, além de tentar desmoralizá-los como representantes da imprensa. “Ouçamos agora a respeito do nosso clero a opinião de um brasileiro illustre, José Bonifácio, de saudosa memória, homem illustrado, virtuoso, reflectido e um espírito de verdadeiro christão”:

“Que educação podem ter as famílias que se servem com esses infelizes (escravos) sem honra, nem religião? Que se servem com as escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo se compensa n’esta vida. Nos tyrannizamos os escravos e os reduzimos a brutos animaes: elles nos inoculam toda a sua immoralidade e todos os seus vícios. E na verdade, senhores, se a moralidade e a justiça de qualquer povo se fundam, parte nas suas instituições religiosas e políticas, e parte na philosophia, para assim dizer, domestica de cada família; que quadro pôde apresentar o Brazil, quando o consideramos d’estes dous pontos de vista? Qual a religião que temos, apesar da belleza e da santidade do Evangelho, que dizemos seguir? A nossa religião é na mor parte um systema de superstições e de abusos anti-sociaes; o nosso clero, na maior parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os accumula para enriquecer pelo commercio e pela agricultura, e para formar muitas vezes, com as desgraçadas escravas, um harem musulmano. Com o trato dos escravos nada as pôde habituar a conhecer e a amar a virtude nem a religião” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 02).

E foi grande a receptividade da obra de Anselmo da Fonseca em Belém. Nas colunas do *Diário de Notícias* publicavam-se constantemente referências e elogios a seu trabalho, bem como a defesas de suas ideias e de sua postura. Em abril de 1888 escraviam sobre a redenção de Belém ao abolicionismo com um artigo intitulado *os illustres sabichões*. Acusam os conservadores do *Diário do Gram-Pará* e o clero de fugirem das discussões propostas pelo periódico abolicionista.

[...]Não admira, pois, que os argumentos *corolarios* do Gram-Pará enfrentando com a superioridade intellectual do Dr. Anselmo da Fonseca, autor da importante obra intitulada - *A escravidão, o clero e o abolicionismo*,- escondam se atraz da esquina e d’alli atirem pedradas, ao som de baixo vozear de insultos, ao distincto escriptor abolicionista, que com tanta lealdade e nobreza empunha as armas na arena d’uma discussão leal, e elevada pela profundeza da erudição.

[...] Fazendo, por mais d’uma vez, os mais justos e merecidos encômios ao distincto escriptor, não fomos a isso induzido, senão depois de termos lido a sua excellente obra sobre o abolicionismo; e não procuramos indagar onde morava, qual foi o seu passado, se é preto ou branco, etc., etc (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 02).

O periódico abolicionista deixa claro que o interesse por Anselmo da Fonseca se dava por ele ser um intelectual letrado, não da sua individualidade particular. “Não

seguiremos, pois, o infame exemplo dos pífios *Torquema das do decano*, que, na impossibilidade de sustentar uma sabia discussão, attenta a sua palmar ignorância, cospem insultos a Anselmo”. O *Diário de Notícias* acusava o cônego Costa Aguiar de tecer críticas a Anselmo pela descendência africana, não refutando suas ideias liberais abolicionistas.

Mora a notabilidade (!) na capital da província da Bahia. Quanto a sua genealogia é de raça africana, retinto como os naturaes da Lybia.” O que adiantam ao publico estas cousinhas? Que juízo ficarão fazendo da sapiência dos redactores do jornal do cônego os pacientes leitores? Esse artigo, com certeza, foi escripto pelo cura Aguiar, branco fino, fidalgo de sangue azul, de raça pur sang.... Quanto á refutação das idéas, nada!os leitores tomam nota (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 02).

Em edição após a abolição da escravidão no Brasil, em junho de 1888, o *Diário de Notícias* dedica algumas de suas colunas para homenagear a Anselmo da Fonseca. Nelas publica também algumas cartas do autor liberal abolicionista. Estas que foram enviadas por Anselmo da Bahia diretamente ao periódico paraense. Nelas o baiano defende-se das acusações e críticas que o *Diário do Gram-Pará* teria lançado a sua pessoa. Uma demonstração da importância dada a ele pelos liberais de Belém. Exemplo é artigo intitulado “o *diário do gram-pará* e o auctor da escravidão, o clero e o abolicionismo”. Anselmo da Fonseca (1888, p. 03) escreve:

Sr. redactor.- A Extrema bondade com que espontaneamente tomastes a vós minha defesa contra as injúrias que o *Gram-Pará* -órgão clericalista de vossa província- tem atirado sobre mim, ao mesmo tempo que me impõe o dever de enviar-vós, o que effectivamente faço, a expressão de meu cordial e sincero reconhecimento, me dá animo de, embora não tenha a honra de conhecer-vós pessoalmente, dirigir-me a vós pedindo-vós que vos digneis de, nas columnas de vosso criterioso e patriótico jornal, publicar uma pequena serie de cartas, de que esta é a crimeio, nas quaes pretendo responder aquella folha. Espero que, com a mesma generosidade com que acolheste o meu livro, acolhes estas missivas; vós, que com tanta valentia e denodo combasteis o transloucado pensamento das aves nocturnas do *Gram-Pará* que pretendem avassalar o espírito publico d’essa bella e esperança província e reduzil-a ao trevoso reginenda política theocratica, transformando o Amazonas em um novo Ganges.[...] Creio-o tenho razões para isto- que redacção do *Gram Pará* não eu meu trabalho e só o conhece pelas noticias dos órgãos d’essa província e pela transcripção com que o *Commercio do Pará*, que declarou que elle continha algumas opiniões severas, mas verdadeiras, o cem honrado.

Anselmo diz que sabia que seu livro iria desagradar o clero brasileiro e que atrairia contra ele o inextinguível *odium theologicum*. Ele estranha e lamenta que clérigos do *Gram-Pará* não fazerem do seu trabalho uma apreciação séria e elevada, pois, ao invés de criticá-lo, assumem o papel de garotos brutos que lançam pedras sobre ele. Porém, confessa que estas atitudes o deixaram inteiramente calmo e até um pouco satisfeito.

De um lado tal conducta é mais uma prova de uma de minhas afirmações, isto é, “que, em geral, os padres nacionaes estão em um estado de atraso espiritual pasmoso e que nosso clero é quase todo composto de homens vulgares e de poupança instrucção, do outro ella é prova de que elles reconhecem que tive toda a razão de fazer as censuras que fiz a este mesmo clero relativamente á indifferença para com a sua dos escravos e sua connivencia com a dos senhores, no numero dos quaes sempre estiveram e muitos se conservaram até o ultimo instante da vida da escravidão n’este paíz, isto é, até ás 3 ¼ horas da tarde de 13 de maio de 1888 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 03).

Segundo Anselmo, ao ler as edições do *Diário do Gram-Pará*, tocando contra as asserções e as doutrinas de seu livro tentou desqualificar-lo de – Illustre desconhecido, palhaço, ignorante – o periódico conservador dizia sobre o autor: - *que n’um exame na faculdade de medicina d’esta província [ele] não [sabia] a formula d’agua e [foi] reprovado que [plagiou] uma these: que [era] da raça africana:* e que era *devoto do senhor do Bomfim*. Ele responde a cada um dos insultos, observando, todavia, que “entre estes encerram uma humilhação que só poderia constituir uma injúria no grosseiro e inculto bestunto de onde nasceram”.

Termino esta carta congratulando me comvosco e por vosso intermédio com todos os vossos comprovincianos pela extincção da escravidão no Brazil, assim como por ter ella se realisado no dia 13 de Maio, data importantíssima e memorável para todos os brasileiros por ser o anniversario da restauração do Pará, em 1836, e por ser aquelle dia escolhido pela patriótica *Liga Redemptora* para a completa libertação da illustre província de Souza Franco, um dos mais distinctos servidores da liberdade dos captivos e de todas as liberdades, n’este paíz, um dos beneméritos do abolicionismo.

Sou, sr. redactor, com reconhecimento e consideração

Vosso attento criado,

Anselmo da Fonseca.

Bahia, 1º de junho de 1888.

Entretanto, o *Diário do Gram-Pará* publicava em suas páginas o apoio à libertação dos escravos. Criticavam até a postura do governo provincial quanto à situação dos cativos africanos, demonstrando sua preocupação com a estrutura social pós-abolição, na medida em que defendiam uma libertação lenta e gradual na tentativa de manter a ordem social e econômica vigente, ou seja, eram adeptos do emancipacionismo dos escravizados negros².

² Os emancipadores eram marcados pela perspectiva do gradualismo, o que fazia com que algumas vezes fossem acusados por alguns abolicionistas como partidários da conservação do *status quo* escravagista, no calor das lutas na década de 1880. (...) Por seu turno, os abolicionistas acabaram se caracterizando pelo imediatismo, chegando alguns deles a pensar o abolicionismo como amplo programa de reformas sociais que iam além da liberdade do escravo, compreendendo aí a reforma agrária. (...) Lembrando que os emancipadores tinham em vista gradualmente libertar os escravos aos poucos e de pouco em pouco, respeitando a legalidade institucional da escravidão, o que incluía o direito dos senhores à indenização. Cf.: (BEZERRA NETO, 2009, p. 23-26)

Como podemos verificar na sessão do senado de 3 de setembro, que tinha como título “Elemento Servil”, exposto na coluna “Parlamento Nacional” deste periódico:

O que todos nos pretendemos, como systema de emancipação no Brasil, não é precipitar a solução do problema. Se esse fosse o pensamento do legislador; deveríamos escolher, de preferência a todos os systemas, a abolição immediata, mas o que queremos é apressar a extinção gradual dos escravos sem prejuízo dos proprietários de escravos nem desorganização do trabalho. É certo que devemos procurar garantir o trabalho do escravo durante certo numero de annos; se não fizéssemos a depreciação do valor do escravo, se não contássemos com todos os factores, tanto os creadores pela lei de 28 de setembro, como os creadores pelo mecanismo agora projectado, de certo a observação do nobre senador teria cabimento: mas com todos estes factores de emancipação, uma das principais preocupações do legislador deve ser garantir a instituição durante certo prazo em que se julgue necessário mantê-la, para que o interesse publico não seja sacrificado(O DIÁRIO DO GRAM-PARÁ, 1885, p. 221).

Os políticos do partido conservador legavam para si o papel de reconstrutores do Brasil que advinha das mãos dos políticos liberais, estes que, segundo o *Diário do Gram-Pará*, deixaram o país em “destroços e ruínas por toda a parte” e que os conservadores precisariam de muito “trabalho e patriotismo para realisarem a grande obra da salvação pública”, pois para eles o governo liberal era “tão ineptos no poder quanto terríveis na opposição”. A reforma proposta pelos conservadores no senado ficou de lado, nela podemos perceber algumas bandeiras políticas levantadas por esse partido e suas críticas ao governo liberal. Segundo Bezerra Neto, os emancipadores e os abolicionistas partilhavam de perspectivas comuns, como a “modernização conservadora”, onde era preciso “reformular para não mudar”, onde “a ordem e as hierarquias sociais construídas na escravidão fossem abolidas com o fim do trabalho escravo” (BEZERRA NETO, 2009).

As reformas do senado, da eleição directa com a maior amplitude do suffragio, a liberdade plena de religião, casamento civil, secularização dos cemitérios, a independência do poder judiciário, a abolição do elemento servil, a descentralização política e administrativa, todo esse conjuncto de reformas, ficou no tinteiro.

As duas reformas: a eleitoral foi talhada por moldes conservadores e do elemento servil, esta, confessam os liberaes não presta.

Valla ao menos a franqueza d’essa confissão para diminuir as faltas de annos de.... inépcia (O DIÁRIO DO GRAM-PARÁ, 1885, p. 222).

A busca pela abolição do trabalho servil dos cativos africanos é evidente nas páginas do jornal que representava o partido conservador. Diferente das críticas feita pelo *Diário de Notícias* eles eram adeptos da liberdade escrava. E mais, os políticos conservadores ainda não se restringem apenas a libertação em si dos escravos, demonstram que foram em seus governos que ocorreram muitos “avanços” na direção pela libertação dos negros, como a

extinção do tráfico transatlântico. O que não se pode dizer a mesma coisa do governo liberal vigente naquele ano de 1885.

O partido conservador do Brasil é aquelle que mais tempo tem estado no governo. Desde 1840, em que foi declarada a maioria de S. M. o Imperador D. Pedro II: o partido liberal esteve no poder de 1844 a 1848, de 1863 a 1868 e de 1878 a 1885. Afora esse tempo, o poder tem sido dos conservadores, que realisaram grandes reformas e prestaram muitos serviços a nação, a começar pela cessação do tráfico da escravatura, o desenvolvimento da instrução publica, a inauguração dos caminhos de ferro e etc..etc.

Oxalá possa elle agora levar diante o seu programa e pôr termo, por soluções favoráveis aos interesses publicos, a questão que se vai tornando um embaraço grave a marcha regular da administração regular do paiz (O DIÁRIO DO GRAM-PARÁ, 1885, p. 222).

Portanto, na década de 1880 é claramente perceptível a efervescência das discussões e disputas políticas entre conservadores, liberais e ultramontanos. De maneira a produzir a crítica liberal de omissão da Igreja Católica no processo da abolição do elemento servil na província paraense. Esta crítica que tem como um de seus principais defensores Anselmo da Fonseca, que ofereceu às gerações futuras a forma pelas quais ele e seu grupo, deveriam ser entendidos historicamente, conseguindo fazer de suas memórias e daqueles que a compartilhavam como se fosse à única possível. Adquirindo, portanto, o *status* de verdade histórica. Bezerra Neto diz que os autores do *Dezenove*, compreenderam a escravidão e a abolição nos termos colocados por eles, “transformando o que era discurso contra a escravidão e, portanto, leituras da mesma, mesmo que não inverídico, em explicação histórica do movimento abolicionista brasileiro” (BEZERRA NETO, 2009).

Neste sentido, a ideologia liberal abolicionista presente na obra Anselmo da Fonseca tornam-se uma das balizas explicativas para a historiografia futura. São autores que dedicaram suas pesquisas para provar que a Igreja era totalmente a favor da escravidão e contra a abolição.

Uma análise da abolição: Novos horizontes

Podemos afirmar que algumas obras mencionadas do decorrer deste trabalho, contribuíram para a construção de uma *memória abolicionista* balizadas no corolário liberal, portanto adversa ao clero, sobre a qual foram incorporadas pela historiografia geral da escravidão. Com isso, podemos dizer que, o que se percebe, é uma constituição de certa *ideologização* da relação da Igreja com o escravismo e a campanha abolicionista (FREITAS NEVES, 2002), tanto no país, como na província do Grão-Pará no final do século XIX. Enfim, este discurso de omissão do catolicismo na *Questão Servil* lança uma “névoa”, que dificulta a percepção de que, para além da Instituição, parte do clero seja ultramontano ou

não, teve notória participação e engajamento nas lutas contra a escravidão na Província do Grão-Pará e em outras partes do Brasil.

Ora, se a Igreja Católica fosse a favor da escravidão, como a crítica liberal abolicionista dizia, será que ela, através de seu maior meio de difusão do catolicismo, que era o jornal *A Boa Nova*, publicaria em suas páginas notícias sobre conquistas em direção a liberdade escrava? Com certeza não, porém em sua coluna *Secção noticiosa* acha-se a notícia abaixo. Era a notícia sobre a Província do Ceará.

O ABOLICIONISMO NO CEARÁ – Sobre este assumpto escreve-nos um amigo da Fortaleza: “A grande novidade da epocha é a Sociedade Cearense Libertadora; tem feito os negreiros desesperarem. Seu primeiro triumpho foi conseguir que no porto do Ceará não se embarquem mais escravos; o segundo que vaso nenhum naval que trouxer escravos durma no porto, porque a evasão é certa pelos meios e auxílios que a sociedade ministra aos infelizes; e o terceiro está em projecto que é fazer com que no porto não passe vapor com escravos sob qualquer motivo e nem para parte alguma. Neste sentido tem havido sessões secretas e muito plano se tem discutido, mas ainda não se combinou nos meios de acção” (A BOA NOVA, 1881, p. 04).

Logo, com as leituras e análises dos pormenores mais negligenciáveis dos documentos e jornais, bem como da obra sobre o abolicionismo no Brasil de Anselmo da Fonseca, percebemos que cada grupo social se posicionava e defendia seus ideais com argumentos de acordo com suas escolhas, pensamentos políticos e bloco histórico a que pertenciam. Gerando diferentes interpretações sobre o mesmo movimento abolicionista. Camila Pereira confirma que tais interpretações concorreram para “consolidar uma memória sobre esse acontecimento da história do Brasil. As disputas a cerca da memória da abolição ocorreram não só no meio acadêmico, mas também no seio da sociedade brasileira” (PEREIRA, 2011). Ora, como Thompson nos ensinou que as discordâncias entre os historiadores podem ser simples intercâmbios de atitude, ou um exercício de ideologia, caso não deixarmos claro e reconhecermos que somos todos conduzidos dentro de uma disciplina comum que busca o conhecimento objetivo entre fontes documentais, cartas, iconografias e historiografias (THOMPSON, 2002). Já dizia, Robert Darnton, *conhecemos o passado imperfeitamente, por meio de documentos obscuros, e com a ajuda da insolência, brincando de ser Deus* (DARTON, 2005).

Enfim, devemos salientar que não havia uma posição unívoca e homogênea por parte da Igreja no que cerne a “*Questão Servil*”, pois alguns líderes católicos se destacaram na luta contra a escravidão, no Brasil e na Amazônia. O que se percebe aqui é que a crítica moral que se faz a Igreja é política-ideológica. Pois, numa sociedade onde era legal ter escravo, como exigir de alguma instituição ser diferente? Os partidos políticos de forma

geral, também não possuíam posição unívoca contra a escravidão. Eram instituições nascidas no mundo da escravidão, logo pertencentes ao seu meio. Todavia, o importante é destacar como essas duas teses vão sendo construídas para chegarmos ao conhecimento histórico dos acontecimentos e relações que se deram entre Igreja Católica, Estado e sociedade naquele período.

Durante três séculos (do século XVI ao XVIII) a escravidão foi praticada e aceita sem que as classes dominantes questionassem a legitimidade do cativo. Muitos chegavam a justificar a escravidão, argumentando que graças a ela os negros eram retirados da ignorância em que viviam e convertidos ao cristianismo. A conversão libertava os negros do pecado e lhes abria a porta da salvação eterna. Dessa forma, a escravidão podia até ser considerada um benefício para os negros! (...) A ordem social era considerada expressão dos desígnios da Providência Divina e, portanto, não era questionada (COSTA, 2008, p. 13).

No século XIX, o liberalismo baseado em ideias ilustradas fez surgir uma contradição social evidente dentro de sua própria teia social, numa sociedade com novos princípios liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, ter a economia baseada na mão de obra escravo era a maior contradição aceita, pois esta era o maior símbolo de desigualdade humana presente naquele momento, sendo contrária a liberdade natural do homem era condenável em termos econômicos, religiosos e morais.

José Maia Bezerra Neto, em sua tese *Por todos os Meios Legítimo e Legais: As lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição*, escreve acerca da *Insustentabilidade da escravidão*, analisando a emancipação do trabalho escravo africano dentro de uma perspectiva mais ampla de mundialização, onde o abolicionismo e a abolição eram vistos como parte do processo de modernidade e civilização que a sociedade passava. Ou seja, para o autor, o fim da escravidão era um dos motes para reforma civilizadora de então (BEZERRA NETO, 2009). Ao longo do século XIX foram surgindo e amadurecendo novos pensamentos oriundos da revolução burguesa do século XVIII, formando as visões de insustentabilidade da escravidão com a modelo social almejado. Com isso, emancipadores e abolicionistas em suas críticas à escravidão criam a “dicotomia escravidão X civilização” (BEZERRA NETO, 2009) Dessa forma, a liberdade dos negros deveria ficar a cargo do governo. Erguendo assim, uma nação de cima para baixo.

O movimento abolicionista, levado pela elite política da época, buscava fazer de sua atuação, herdeira de 1822, quando da independência do Brasil, para que esse movimento para libertação dos escravos tivesse legitimidade e aceitação perante uma população recém-independente. Para isso, era como se fosse completar a obra inacabada dos fundadores da pátria brasileira. Neste sentido, Bezerra Neto percebe o movimento abolicionista como movimento patriótico, tendo como um dos seus principais líderes e defensores. Fazendo

dessa forma, como o autor defende, uma “reapropriação da memória e história da emancipação brasileira, os abolicionistas e emancipacionistas apontavam para a abolição como devir histórico da sociedade (...)” (BEZERRA NETO, 2009).

É concomitante a essas mudanças de visões e construções de memórias e imagens sobre a liberdade do cativo africano, que criam a ideia de incompatibilidade moral da escravidão com os dogmas e preceitos religiosos. Surgindo a crítica de omissão da Igreja no processo abolicionista. Entretanto, não esqueçamos que Igreja e o Estado eram ligados pelo sistema do real padroado português, onde a instituição religiosa estava subordinada aos desígnios do poder secular. Mas, que logo buscava mais autonomia com sua reforma romanizadora. Neste contexto, era perceptível o processo de nacionalização da religião, quista pelos liberais, e de “sacralização” da nação através do catolicismo romanizado.

Com isso, no século XIX era possível verificar tanto na Europa como no Brasil um processo de construção de nações, conhecido como *Nationbuilding* (HAUPT, 2008) este que buscava a integração e modernização de suas sociedades, fundamentando-as em ideais liberais de *cientificidade*, *modernidade*, *civilidade* e *progresso*. Entretanto, esse processo ia de encontro com os ideais da Igreja Católica ultramontana, gerando choques e divergências. Era um período caracterizado pelo nacionalismo que visava uma maior integração e modernização das sociedades. E uma de suas bandeiras era, conseqüentemente, a instituição de uma escola laica, gratuita e obrigatória, laicização dos hospitais, cemitérios, o casamento civil e o batismo civil, o que estava anteriormente a cargo exclusivo da Igreja. Porém, nesse processo de penetração, os Estados Nacionais enfrentaram resistências, entre as quais as mais fortes e ativas foi a Igreja Católica. Os objetivos dos Estados liberais iam de encontro com o catolicismo romanizado, na tentativa de reduzir um campo de ação privilegiado da Igreja Católica. Ou seja, chocavam-se os ideais liberais advindos do pensamento iluminista europeu com os ideais por uma busca do *status quo* e da reforma eclesiástica ultramontana. Fazendo uma crítica moral abolicionista á Igreja e transformando-a em um dos motes da campanha política contra a abolição. O que de certa forma mascarava as lutas e disputas por poder e autonomia dos grupos sociais daquele período. A crítica liberal abolicionista feita por Anselmo da Fonseca ao clero concorreu para consolidar o enredo e os grupos sociais ou personagens que teriam feito parte do processo final da luta contra a escravidão no Brasil, deixando de fora inúmeros personagens sociais, como os próprios escravos e os clérigos e pontífices que lutaram, a seu modo, pelo fim da escravidão.

Essas disputas pela memória da abolição estavam diretamente ligadas ao modelo de nação brasileira que se pretendia construir. Segundo Bezerra Neto, é necessário compreender que esses embates eram lugares da memória desses agentes históricos. O que

cabe a nós como historiadores é atentarmos aos múltiplos lados e posições conforme são ocupadas pelos diversos sujeitos em campos opostos. Para não cairmos na armadilha de consolidar a memória saída desses embates como vitoriosa como a única possível, transformando-a em “explicação histórica” da mesma (BEZERRA NETO, 2009).

Por mais que alguns membros da Igreja Católica tentassem fazer dos dogmas religiosos argumentos para a emancipação dos escravos, eram em muito barrados pela disciplina da Igreja, juntamente com os interesses do Estado, na medida em que Estado e Igreja se confundiam devido ao sistema do real padroado. Entretanto, isto não impediu, mesmo que nos últimos anos da escravidão, a existência de vozes dissonantes vindas da instituição religiosa em direção à abolição da escravatura e também, mesmo que esse grupo social atendesse a um projeto de campanha abolicionista com estratégias diferente dos da elite política liberal (PEREIRA, 2011).

REFERÊNCIAS:

AGASSIZ, Louis; CARY Elizabeth. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

BEZERRA NETO, José Maria. O doce Treze de Maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão-Pará – Século XIX. In: FREITAS NEVES, Fernando Arthur & PINTO LIMA, Maria Roseane. (Org.). *Faces da História da Amazônia*. Paka-Tatu/ Belém, 2002.

BEZERRA NETO. José Maia. *Por todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese. Programa de Pós Graduação em História. PUC-SP, 2009.

CARBONELL, Charles Olivier. *Historiografia*. trad. Pedro Jordão, Lisboa, Teorema, 1987.
COSTA. Emilia Viotti. *A Abolição*. 8ª edição. Rev. E ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DARNTON, Robert. “Os esqueletos no armário: como os historiadores brincam de ser Deus”. In: _____. Os dentes falsos de George Washington. *Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

FREITAS NEVES. Fernando Arthur de. Partido Católico no Pará: o Partido de Deus na secularidade. In: Estado e Igreja: cumplicidades e tensões do Catolicismo no Pará do final do século XIX, In: *Faces da História da Amazônia*. Paka-Tatu/ Belém, 2002.

HAUPT, Heinz-Gerhard. Religião e Nação na Europa do século XIX: algumas notas comparativas. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 22, n. 62, p.77-94, 2008.

MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita*. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Camila Mendonça. *Abolição e Catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil*. Dissertação. Programa de Pós Graduação em História. UFF/ RJ, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer . *Obra Essencial*. La Lógica de la Historia: De miseria de la teoria. Barcelona: Crítica, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VERÓN. E. *A Produção do Sentido*. São Paulo, Cutrix/ USP, 1981.

SOBRE A AUTORA

Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e Mestrado em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST-UFPA) e Professora Substituta da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Oitocentos e Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM).

E-mail: jerusa.ufpa@gmail.com

Recebido: 02/01/2019

Aprovado: 25/02/2019